



# COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

Senhores Acionistas, A Companhia Paulista de Securitização – CPSEC, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. A Companhia Paulista de Securitização - CPSEC é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de Setembro de 2009. A CPSEC está vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não-tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. Em 27 de julho de 2010, a CPSEC obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro como Emissor de Valores Mobiliários, na categoria B, na forma da instrução CVM nº 480/09. Desde então presta regularmente todas as informações e cumpre com as obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. Ainda em fase pré operacional, a Companhia finalizou no exercício de 2010, as minutas dos instrumentos jurídicos necessários para a cessão

Relatório da Administração pelo Estado à CPSEC dos fluxos financeiros objeto de parcelamento administrativo ou judiciais do PPI – Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS, dentre os quais o contrato de promessa de cessão de direitos creditórios, bem como o contrato de repasses destes recursos à CPSEC. Complementarmente, cumpriu todas as fases previstas para 2010, de implantação dos sistemas de controles necessários a gestão da carteira dos fluxos financeiros objeto da cessão. Estas demonstrações serão apresentadas à CVM - Comissão de Valores Mobiliários em atendimento aos dispositivos da instrução CVM nº 480/09. O Relatório da Administração é parte integrante das Demonstrações Financeiras e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Desta forma, a CPSEC anuncia seus resultados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. Os valores estão expressos em R\$, e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 844.568 (oitocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e oito reais) em 2010 em decorrência de seu caráter pré-operacional, conforme destacado nas Notas Explicativas. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela CPSEC para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2010, serviços não relacionados à auditoria externa.

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 - (Valores Expressos em reais R\$)		
Ativo	2010	2009
<b>Circulante</b>	<b>406.673</b>	<b>200.000</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	406.673	200.000
Banco (nota explicativa nº 4)	15.559	200.000
Aplicação Financeira (nota explicativa nº 4)	391.114	-
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Realizável a Longo Prazo	814.272	-
Outros Créditos	814.272	-
Tributos a compensar e recuperar	14.272	-
Adiantamento a terceiros (nota explicativa nº 5)	800.000	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.220.945</b>	<b>200.000</b>

Passivo		
	2010	2009
<b>Circulante</b>	<b>145.398</b>	<b>79.885</b>
Prov. p/ pagamentos a efetuar (nota explicativa nº 6)	26.437	31.831
Obrig. trabalhistas e previdenc. (nota explic. nº 7 e 12)	95.968	-
Fornecedores (nota explicativa nº 8)	22.993	-
Valores a restituir - Partes relac. (nota explic. nº 13)	-	48.054
<b>Patrimônio Líquido (nota explicativa nº 09)</b>	<b>1.075.547</b>	<b>120.115</b>
Capital Integralizado	2.000.000	200.000
Prejuízos Acumulados	(924.453)	(79.885)
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.220.945</b>	<b>200.000</b>

## Demonstrações do Resultado para o Exercício Findo em 31/12/2010 e para o Período de 15/10 a 31/12/2009 - (Valores expressos em reais R\$)

	2010	2009
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(920.884)</b>	<b>(79.885)</b>
<b>Despesas Operac. Administrativas</b>	<b>(920.188)</b>	<b>(79.885)</b>
Despesas administrativas	(471.627)	(471.627)
Despesas com pessoal	(188.934)	(188.934)
Encargos Sociais e Obrigações	(143.577)	(15.890)
Serviços Técnicos Especializados	(98.300)	(63.995)
Anúncios e publicações	(2.246)	-
Despesas Legais e Societárias	(15.504)	-
Outras despesas operacionais	(696)	-
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>76.316</b>	<b>-</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>76.316</b>	<b>-</b>
Receita de Aplicações Financeiras	(844.568)	(79.885)
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(51.95)</b>	<b>(41.56)</b>
<b>Prejuízo por Ação do Capital Social</b>	<b>(51,95)</b>	<b>(41,56)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Referentes ao Exercício Findo em 31/12/2010 e para o Período de 15/10 a 31/12/2009 (Valores expressos em reais R\$)

	Capital integraliz.			Prejuízos acumul.	Total
	Capital subscrito	Capital a realizar			
<b>Saldos em 15/10/2009</b>	<b>1.000.000</b>	<b>(900.000)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100.000</b>
Integraliz. de cap. (nota explicativa nº 9)	-	100.000	-	-	100.000
Prejuízo líquido do período	-	-	(79.885)	(79.885)	(79.885)
<b>Saldos em 31/12/2009</b>	<b>1.000.000</b>	<b>(800.000)</b>	<b>(79.885)</b>	<b>(79.885)</b>	<b>120.115</b>
<b>Saldos em 1º/01/2010</b>	<b>1.000.000</b>	<b>(800.000)</b>	<b>(79.885)</b>	<b>(79.885)</b>	<b>120.115</b>

## Demonstração de Fluxo de Caixa p/ o Exercício Findo em 31/12/2010 e p/ o Período de 15/10 a 31/12/2009 - (Valores expressos em Reais R\$)

	2010	2009
<b>Atividades Operacionais</b>	<b>(844.568)</b>	<b>(79.885)</b>
Prejuízo Líquido do Exercício	(844.568)	(79.885)
<b>Lucro Líquido Ajustado (Acréscimo)/Decréscimo do Ativo Circ. + RLP</b>	<b>(14.272)</b>	<b>-</b>
Tributos a compensar e recuperar	(14.272)	-
<b>Total (Acréscimo)/Decrésc. do Ativo Circ. + RLP</b>	<b>(14.272)</b>	<b>-</b>
<b>Acréscimo/(Decréscimo) do Passivo Circ. + ELP</b>	<b>22.993</b>	<b>-</b>
Fornecedores	22.993	-
Contas a Pagar	42.520	79.885
Total acréscimo/(decréscimo) do ativo circ. + ELP	65.513	79.885
<b>Caixa Aplicado nas Ativid. Operacionais</b>	<b>(793.327)</b>	<b>-</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>	<b>1.800.000</b>	<b>200.000</b>
Integralização de Capital	1.800.000	200.000
Adiantamentos a Terceiros	(800.000)	-
Caixa oriundo das atividades de financiamento	1.000.000	200.000
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equiv. de Caixa</b>	<b>206.673</b>	<b>200.000</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	200.000	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano	406.673	200.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financ. p/ o Exerc. Findo em 31/12/10 e p/ o Período de 15/10 a 31/12/09 (Valores expressos em R\$)

**1. Contexto Operacional** - A Companhia Paulista de Securitização - CPSEC é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de Setembro de 2009. A CPSEC está vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não-tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. Em 27 de julho de 2010, a CPSEC obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o registro como Emissor de Valores Mobiliários, na categoria B, na forma da instrução CVM nº 480/09. Desde então presta regularmente todas as informações e cumpre com as obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. Ainda em fase pré operacional, a Companhia finalizou no exercício de 2010, as minutas dos instrumentos jurídicos necessários para a cessão pelo Estado à CPSEC dos fluxos financeiros objeto de parcelamento administrativo ou judiciais do PPI – Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS, dentre os quais o contrato de promessa de cessão de direitos creditórios, bem como o contrato de repasses destes recursos à CPSEC. Complementarmente, cumpriu todas as fases previstas para 2010, de implantação dos sistemas de controles necessários a gestão da carteira dos fluxos financeiros objeto da cessão.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras** - As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Durante o ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos pronunciamentos e orientações técnicas emitidos pelo CPC, com vigência a partir de 2010, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os pronunciamentos do CPC estão sendo adotados integralmente e sem ressalvas pela primeira vez nestas demonstrações financeiras. A Companhia avaliou os efeitos da adoção dos CPC, e, em função do estágio atual de suas operações, não apurou impactos no resultado e patrimônio líquido do balanço de abertura, bem como não existiram efeitos relevantes sobre as Demonstrações Financeiras. A aprovação para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 18 de março de 2011.

**3. Práticas Contábeis** - As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Apuração de resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. **b) Caixa e equivalente de caixa** - São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicação financeira de liquidez imediata. **c) Ativo circulante** - São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data do balanço patrimonial e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. Conforme estabelece o pronunciamento técnico CPC 08 em seu capítulo Contabilização temporária dos custos de transação de captação de recursos o valor de R\$ 800.000 (oitocentos mil reais) foi registrado como adiantamento de custeio para emissão futura de debêntures. **d) Passivo circulante** - São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **e) Moeda funcional** - A moeda funcional para a preparação e a apresentação das demonstrações financeiras é o real. **f) Resultado por ação básico e diluído** - É calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não existiam instrumentos emitidos pela companhia com potencial de diluição.

## 4. Caixa e Equivalente de Caixa

Bancos 15.559 200.000

Aplicações interfinanceiras de liquidez (a) 391.114 -

**Total 406.673 200.000**

**a) Refere-se a aplicação em fundo de investimento** – BB referenciado DI LP Corporativo 600 Mil, cujas cotas estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador. De acordo com o Decreto nº 55.357 de 18 de Janeiro de 2010 a Companhia mantém suas aplicações financeiras centralizadas no Banco do Brasil S.A.

**5. Adiantamento a Fornecedores (Processo de Emissão de Debêntures)** - O valor de R\$ 800.000 (oitocentos mil reais) refere-se adiantamento efetuado sobre serviços técnicos especializados de assessoria financeira prestados para a Estruturação, Coordenação de Registro e Distribuição Pública das Debêntures da CPSEC, conforme contrato firmado entre o Banco estruturador e a CPSEC em 12 de fevereiro de 2010 e aditamento consolidado realizado em 30 de junho de 2010.

**6. Provisão para Pagamentos a Efetuar** - Referem-se às provisões para pagamentos a efetuar de serviços de terceiros.

**7. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias** A Companhia remunera mensalmente diretores e conselheiros fiscais e de administração, e provisiona os valores relativos à gratificação anual e licença remunerada, conforme disposições internas.

**8. Fornecedores** - Refere-se a despesas a pagar a empresa terceirizada, contratada para efetuar os registros contábeis da Companhia, bem como serviços de publicidade legal e outros serviços adquiridos no curso normal das atividades.

**9. Patrimônio Líquido - a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2009 o capital subscrito era de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais), em moeda corrente nacional representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Até aquela data-base, o capital integralizado era de R\$ 200.000 (duzentos mil reais) em moeda corrente nacional equivalentes a 2.000 (duas mil) ações. Em 11 de fevereiro de 2010 a Companhia aprovou, mediante deliberação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o aumento do capital de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) em moeda corrente nacional, equivalentes a 10.000 (dez mil) ações. Em 26 de fevereiro de 2010 o Estado de São Paulo efetivou a integralização do capital social no valor de R\$ 800.000 (oitocentos mil reais) em moeda corrente nacional, equivalentes a 8.000 (oito mil) ações. Em 01 de Abril de 2010 o Estado de São Paulo efetivou a integralização do capital social no valor de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) em moeda corrente nacional, equivalentes a 10.000 (dez mil) ações. Em 09 de abril de 2010 a Companhia aprovou, mediante deliberação do Assembléia Geral Extraordinária, o aumento do capital autorizado para R\$ 6.000.000 (seis milhões de reais) em moeda corrente nacional, equivalentes a 60.000 (sessenta mil) ações. Em 30 de abril de 2010 a Companhia aprovou, mediante deliberação do Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do capital autorizado para R\$ 12.000.000 (doze milhões de reais) em moeda corrente nacional, equivalentes a 120.000 (cento e vinte mil) ações. Em 15 de julho de 2010 a Companhia aprovou, mediante deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, o aumento do capital social autorizado para R\$ 73.000.000 (setenta e três milhões de reais) em moeda corrente nacional, representado por 730.000 (setecentos e trinta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2010 o capital autorizado é de R\$ 73.000.000 (setenta e três milhões de reais) em moeda corrente nacional, estando representado por 730.000 (setecentos e trinta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) em moeda corrente nacional, estando representado por 20.000 (vinte mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.

**b) Reserva de lucros** - A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

**c) Dividendos** - O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos inter-

calares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. Caberá à Assembléia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo.

**10. Instrumentos Financeiros - a) Considerações gerais** - A Companhia mantém instrumentos financeiros contabilizados no ativo, assim como em contas a pagar (fornecedores), cujos valores justos não são significativamente diferentes daqueles contabilizados. **b) Valor justo** - Disponibilidade des e contas a pagar a curto prazo: Os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo destes instrumentos.

**11. Instrumentos Financeiros Derivativos** - A Companhia não possui política para efetuar aplicações em instrumentos financeiros derivativos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

**12. Remuneração dos Administradores** - A gestão da Companhia é feita pelos membros da Diretoria e Conselho de Administração. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) deliberou através do parecer nº 001/2007 o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das sociedades controladas pelo Estado. Além dos honorários mensais, o Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) estabelece ainda uma Gratificação Anual, pro rata temporis, no valor de um honorário mensal a ser satisfeito no mês de dezembro de cada ano. Os membros da Diretoria e do Conselho de Administração farão jus ao prêmio eventual conforme disposto no parecer CODEC nº 150/2005. Nenhum dos membros da Administração recebe qualquer benefício de curto ou de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	2010-R\$
Honorários da diretoria e conselho	35.390
Licença Remunerada	7.811
INSS a Recolher	22.111
FGTS a Recolher	4.868
IRRF a Recolher	25.788
<b>Total</b>	<b>95.968</b>

**13. Partes Relacionadas - Controlador** - O capital social integralizado da Companhia é representado por 20.000 (vinte mil) ações ordinárias, tendo o Estado de São Paulo como seu controlador com 19.000 (dezenove mil) ações ordinárias nominativas. A Companhia Paulista de Parcerias possui 1.000 (mil) ações ordinárias, totalizando o Capital Social da Cia. O Diretor Administrativo-Financeiro e de Relação com Investidores da Companhia acumula a função de Diretor da Companhia Paulista de Parcerias, também vinculada à Secretaria da Fazenda, empresa esta acionista com 5% do Capital Social da Companhia Paulista de Securitização. A Companhia é administrada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, órgão este de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da Companhia. Saldos com partes relacionadas – Em 31/12/2009, os saldos com partes relacionadas, no montante de R\$ 48.054 (quarenta e oito mil e cinquenta e quatro reais), estavam representados por valores a restituir junto ao controlador devido a pagamentos de despesas administrativas efetuados.

**14. Contingências** - Não há litígio em andamento ou riscos que necessitem de provisão contábil.

**15. Gerenciamento de Riscos e Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo** - Considerando o estágio atual de suas operações, a Administração entende que a companhia está exposta a riscos de taxa de juros e mercado, tendo em vista que possui aplicações financeiras em fundo referenciado DI, dessa forma a redução das taxas de juros no mercado pode acarretar redução de suas receitas financeiras. Adicionalmente, em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia informa que o risco de mercado a que está exposta foi considerado irrelevante por sua Administração, considerando as características dos instrumentos financeiros registrados na Companhia em 31 de Dezembro de 2010.

Conselho de Administração	Diretoria	Contador
Andrea Sandro Calabi Philippe Vedolim Duchateau Jorge Luiz Avila da Silva	Jorge Luiz Avila da Silva – Diretor Presidente Max Freddy Frauendorf – Diretor de Gestão Corporativa Tomás Bruginiski de Paula Dir. Administ. Financ. e de Rel. com Investid.	Renato Vieira Pita CRC nº 1SP 215.876/O-8 CPF 280.830.348-35

## Parecer do Conselho Fiscal

São Paulo, 22 de março de 2011  
O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Securitização – CPSEC, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e

do Valor Adicionado, complementados pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e à vista do relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 18 de março de 2011, sem ressalvas, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Finance-

ras estão em condições de ser submetidas à deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

Energita Alves Moreira dos Santos  
Marcio Cury Abumussi  
Caio Augusto de Oliveira Casella  
... continua

... *continuação*

## COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

### Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da Companhia Paulista de Securitização.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras Companhia Paulista de Securitização, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários- CVM e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos audito-

res e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia

Paulista de Securitização em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado** - Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Demonstração do exercício anterior examinada por outros auditores independentes** - As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2009 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram opinião, sem ressalva, datado de 25 de março de 2010.

São Paulo, 18 de março de 2011

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

**José Barbosa da Silva Junior**

Contador

CRC nº 1 SP 128.132/O-0

**SECRETARIA  
DA FAZENDA**

